

ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

Preâmbulo

Pela presente Escritura, NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102, Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 04.668.779/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora"); e (ii) representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A. (a "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Salvo se de outra forma definidos nesta Escritura, os termos iniciados em maiúscula desta Escritura terão os significados a eles atribuído no Anexo I a esta Escritura.

Cláusula I - Autorização

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 17 de setembro e 16 de novembro de 2001.

1.2. Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, a Assembléia Geral Extraordinária da Emissora delegou ao seu Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo, sobre a oportunidade de emissão e sobre o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria pela Emissora.

Cláusula II - Requisitos

2.1. A presente emissão de debêntures (doravante denominada "Emissão", e aquelas denominadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.2.1. *Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária.* As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, de 17 de setembro de 2001 e de 16 de novembro de 2001, que deliberaram sobre a Emissão, foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 2 de outubro de 2001, sob o nº 200.788/01-2, e em [-] de novembro de 2001, sob o nº [-], respectivamente, e foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal da Tarde e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil.



2.2.2 *Registro da Escritura.* A presente Escritura foi registrada no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da Emissora.

2.2.3. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A Emissão será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2.4. *Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A Emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID, aprovado em Assembleia Geral dessa entidade realizada em 27 de agosto de 1998.

Cláusula III - Características da Emissão

3.1. *Objeto Social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a formação de um consórcio com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") para a participação conjunta na otimização da complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim, localizado na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro (o "Campo de Marlim") e o desenvolvimento de todas as outras atividades correlatas, incluindo: (a) a compra, venda e importação de equipamentos em geral, para a utilização na produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; (b) a contratação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; e (c) a comercialização de petróleo e todas as atividades relacionadas.

3.2. *Número da Emissão.* A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$235.300.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e trezentos mil reais), no dia 30 de novembro de 2001 ("Data de Emissão").

3.4. *Destinação dos Recursos.* Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados à otimização da complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim, conforme demonstrado nos quadros de fontes e usos a seguir:



Fontes	Valor (R\$)	%
Aumento do capital social da Emissora	128.700.000,00	5,95%
Emissão das Debêntures	235.300.000,00	10,87%
2ª emissão de debêntures com garantia real	1.800.000.000,00	83,18%
Total	2.164.000.000,00	100%

Usos	Valor (R\$)	%
Aquisição de bens até o valor de US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos), sendo o restante utilizado na contratação de serviços necessários à complementação do desenvolvimento do Campo de Marlim, inclusive serviços para operação e manutenção deste.	2.164.000.000,00	100%
Total	2.164.000.000,00	100%

Destinação dos Recursos (em milhões de US\$)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contratação de Serviços Relativos à Operação e Manutenção do Campo de Marlim	67	67	67	67	67	65	65	534
Investimento no Campo de Marlim mediante a Aquisição de Bens	130	170	-	-	-	-	-	300
Total								834

3.5. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* O saldo das Debêntures não subscrito pelos acionistas da Emissora, no prazo de exercício do direito de preferência mencionado no item 4.1.11. abaixo, será objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação de Financeira de Títulos (“CETIP”), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.



3.6. *Registro da Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

Cláusula IV - Características das Debêntures

4.1. *Características Básicas.*

4.1.1. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$235.300.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e trezentos mil reais), na Data de Emissão.

4.1.2. *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.3. *Número de Séries.* A Emissão será feita em uma única série.

4.1.4. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 2.353 (duas mil, trezentas e cinquenta e três) Debêntures.

4.1.5. *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de novembro de 2001 (a "Data de Emissão").

4.1.6. *Prazo de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures será de 90 (noventa) meses a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 30 de maio de 2009.

4.1.7. *Forma.* As Debêntures serão da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. o responsável pela sua escrituração ("Banco Depositário").

4.1.8. *Certificados de Debêntures.* Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito de debêntures escriturais, emitido pelo Banco Depositário. Será reconhecido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

4.1.9. *Conversibilidade.*

4.1.9.1. Cada Debênture poderá ser convertida, por opção do seu titular, em ações ordinárias representativas do capital social da Emissora (a) a partir do segundo ano contado da Data de Emissão, no período estipulado no item 4.1.9.3, ou (b) a qualquer tempo, mediante ocorrência de qualquer evento descrito no item 6.1, respeitado o disposto no item 6.3..

4.1.9.2. Cada Debênture poderá ser convertida pelo número de ações ordinárias resultante da divisão do (a) Valor Nominal Unitário da Debênture não amortizado e acrescido da Remuneração até a data da conversão, pelo (b) valor patrimonial da



ação da Emissora constante das demonstrações financeiras auditadas e publicadas relativas ao último exercício social transcorrido multiplicado pelo fator de 1,75. Para os fins do Artigo 170, §1º da Lei nº 6.404/76 (e alterações posteriores), o fator de conversão das Debêntures mencionado no item (b) acima foi fixado pelos acionistas da Emissora tomando-se por base o valor patrimonial da ação da Emissora em 11 de setembro de 2001, tendo em vista tratar-se de companhia recém-constituída acrescido de um prêmio de 75% (setenta e cinco por cento) sobre tal valor.

4.1.9.3. O período para o exercício da opção de conversão das Debêntures na hipótese descrita no item 4.1.9.1 (a) será anual e iniciar-se-á sempre no primeiro Dia Útil seguinte à data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas, relativas ao último exercício social transcorrido e encerrar-se-á (a) no dia 20 de abril do mesmo ano da referida publicação das demonstrações financeiras; ou (b) 20 (vinte) dias corridos contados da data de início do período para conversão, das duas datas a posterior.

4.1.9.4. Caso a Assembléia Geral da Emissora delibere emitir novas debêntures conversíveis em ações para subscrição pública ou privada, os Debenturistas da presente emissão terão direito de preferência na subscrição de tais debêntures juntamente com os acionistas da Emissora, se estes fizerem jus a tal direito.

4.1.9.5. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em dinheiro na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data de conversão, acrescido da remuneração conferida às Debêntures até a data do efetivo pagamento.

4.1.9.6. Os Debenturistas exercerão a opção de conversão das Debêntures em ações ordinárias representativas do capital social da Emissora da seguinte forma: (a) por envio da solicitação de conversão ao SND, operacionalizado pela CETIP, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP; ou (b) caso o Debenturista não tenha conta individualizada na CETIP, deverá encaminhar a "Solicitação de Conversão" através de carta protocolizada junto à instituição financeira custodiante de suas Debêntures na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de Debêntures que pretende converter, ou, ainda, (c) caso as Debêntures não estejam registradas no SND, o Debenturista deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolizada junto à instituição financeira depositária das Debêntures, contendo o nome do Debenturista e a quantidade de Debêntures que pretende converter.

4.1.9.7. Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de solicitação junto ao SND, operacionalizado pela CETIP, ou data da entrega da Solicitação de Conversão para a instituição financeira depositária das Debêntures, caso não estejam registradas no Sistema Nacional de Debêntures.

4.1.9.8. Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações serão realizados e averbados na Junta Comercial da sede da Emissora, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento do período para exercício da opção de



conversão definida no item 4.1.9.3, observada a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166, da Lei nº 6.404/76.

4.1.9.9. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às atuais ações ordinárias da Emissora, fazendo jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora a partir da data da solicitação de conversão.

4.1.9.10. Após a data de conversão, as ações terão direito ao recebimento de dividendos integrais do exercício social em que ocorrer a conversão.

4.1.10. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, e não contarão com garantia, nem preferência.

4.1.11. *Direito de Preferência.* Nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, será concedido aos acionistas da Emissora direito de preferência para subscrição e integralização das Debêntures pelo prazo decadencial de 30 (trinta) dias a contar da primeira publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures, inclusive. Os acionistas da Emissora que desejarem exercer seu respectivo direito de preferência deverão comparecer à sede da Emissora durante o prazo anteriormente mencionado. A quantidade máxima percentual de Debêntures que os acionistas que exercerem o direito de preferência poderão subscrever será igual à participação percentual do acionista subscritor no capital social da Emissora na data da Assembléia Geral de Acionistas que deliberou a presente emissão, ou seja, 16 de novembro de 2001. Os acionistas da Emissora poderão ceder ou renunciar ao seu direito de preferência. No caso de renúncia pela totalidade dos acionistas da Emissora ao seu direito de preferência na subscrição das Debêntures, o prazo previsto neste item deverá ser reduzido, encerrando-se na data em que o último acionista da Emissora apresentar sua respectiva renúncia. Tal redução será comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CVM e divulgada na forma do item 8.6.1 abaixo. Nesse caso, o prazo de subscrição a que se refere o item 4.5.1 iniciar-se-á no dia útil imediatamente subsequente.

4.2. *Remuneração.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à remuneração composta de (i) juros e (ii) um prêmio variável na forma do item 4.2.1 abaixo ("Remuneração"). A Emissora pagará a Remuneração a cada 6 (seis) meses contados da Data de Emissão (cada, uma "Data de Pagamento de Remuneração")

4.2.1 *Forma de Cálculo.* A Remuneração será calculada a cada seis meses contados da Data de Emissão.

(a) A Remuneração será composta de:

(i) Juros, calculados de acordo com a Taxa ANBID (conforme definida no item 4.2.2 abaixo), capitalizada proporcionalmente pelos respectivos sub-períodos de vigência da mesma; e



(ii) Prêmio, na forma do parágrafo único do Artigo 3º da Decisão-Conjunta nº 7, editada em 23 de setembro de 1999 pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, o qual será calculado exponencialmente por dias decorridos desde a Data da Emissão, variando de acordo com a variação do preço do petróleo tipo Brent-Datado publicado pela Platt's Crude Oil ("Brent") no período considerado.

(b) Para fins de cálculo do prêmio mencionado no item 4.2.1(a)(ii), a cada seis meses contados da Data de Emissão, o Conselho de Administração da Emissora deverá comparar (i) o preço estimado do Brent naquela data para o período em referência (o "Preço Estimado do Brent") e (ii) a média diária dos preços do Brent praticados no mês imediatamente anterior ao mês da data do cálculo (o "Preço Efetivo do Brent").

(i) O Preço Estimado do Brent para os 4 (quatro) primeiros períodos semestrais será determinado com base em uma curva linear do preço do Brent projetada pelo Conselho de Administração, a qual terá (x) como ponto inicial, a média dos preços de fechamento do Brent no período de 30 dias imediatamente anteriores à Data de Emissão e (y) como ponto final, a cotação do preço do Brent para o período 4 descrito na tabela contida no item 4.2.1(b)(ii) abaixo. Após a determinação do Preço Estimado do Brent para esse período, deverão ser calculados os preços do Brent para as variações percentuais (i) negativa em 18%; (ii) positiva em 18% e (iii) positiva em 36% do Preço Estimado do Brent. A Emissora informará ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de publicação do 1º anúncio de início da distribuição pública das Debêntures, o Preço Estimado do Brent para esses 4 (quatro) primeiros períodos, bem como os preços calculados a partir das variações percentuais acima mencionadas.

(ii) O Preço Estimado do Brent para os demais períodos semestrais, bem como suas variações percentuais, serão aqueles descritos na tabela abaixo:

Período (semestres)	Varição Negativa de, no mínimo, 18%	Preços Estimados do Brent (U.S.\$/bbl)	Varição Positiva de 18%	Varição Positiva de, no mínimo, 36%
	Taxa ANBID + 0%	Taxa ANBID + 1,5%	Taxa ANBID + 3,5%	Taxa ANBID + 5%
4	16,59	20,23	23,88	27,52
5	16,54	20,17	23,80	27,43
6	16,48	20,10	23,72	27,34
7	16,43	20,03	23,64	27,25
8	16,37	19,97	23,56	27,15
9	16,32	19,90	23,48	27,06
10	16,26	19,83	23,40	26,97
11	16,21	19,77	23,32	26,88



12	16,15	19,70	23,25	26,79
13	16,10	19,63	23,17	26,70
14	16,04	19,57	23,09	26,61
15	15,99	19,50	23,01	26,52

(iii) Após a determinação do Preço Estimado do Brent e suas variações percentuais para os respectivos períodos conforme os itens 4.2.1(b)(i) e 4.2.1(b)(ii), o cálculo da parcela do prêmio da Remuneração deverá ter como referência os quatro níveis descritos abaixo, sendo que, em qualquer hipótese, a Remuneração não poderá ser inferior à taxa de juros, i.e., à Taxa ANBID. O prêmio não poderá, em hipótese alguma, exceder a 5% (cinco por cento) ao ano. A Remuneração será a seguinte:

(A) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 18% (dezoito por cento) inferior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, com prêmio de 0% (zero por cento);

(B) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for equivalente ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano;

(C) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for 18% (dezoito por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano; e

(D) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 36% (trinta e seis por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 5% (cinco por cento) ao ano.

(c) Se a diferença entre o Preço Efetivo do Brent e o Preço Estimado do Brent não corresponder aos preços exatos determinados para os respectivos períodos de acordo com os itens 4.2.1(b)(i) e 4.2.1(b)(ii), conforme o caso, o cálculo do prêmio que compõe a Remuneração deverá utilizar uma interpolação linear simples.

4.2.2 *Taxa ANBID.* Para fins desta Cláusula, a taxa ANBID ("Taxa ANBID") significa a taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento – ANBID, publicada diariamente na Resenha da ANDIMA, para depósito bancário a prazo, do tipo mais negociado e de maior volume (pré ou pós-fixado) apresentado durante o período de capitalização, conforme definido adiante, capitalizada pelos respectivos sub-períodos de capitalização, conforme definido abaixo:



(a) o "período de capitalização" é o período semestral de Remuneração. O primeiro período de capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração. Os demais períodos de capitalização iniciam-se na última Data de Pagamento da Remuneração ocorrida e terminam na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade.

(b) o "sub-período de capitalização" é o período de vigência de cada uma das Taxas ANBID (pelo prazo do respectivo depósito a prazo em que a mesma se embasou). O primeiro sub-período de capitalização inicia-se na data de início do primeiro período de capitalização e termina ao final da data de vigência da Taxa ANBID. Os demais sub-períodos de capitalização iniciam-se na data de vencimento do sub-período de capitalização anterior e terminam na data de vigência da Taxa ANBID do mesmo ou no término do período de capitalização, o que for anterior, cada sub-período de capitalização sucedendo ao anterior, sem solução de continuidade.

(c) a cada início de um novo período de capitalização, iniciar-se-á um novo sub-período de capitalização. Caso a data de encerramento do período de capitalização não seja coincidente com a data de encerramento do sub-período de capitalização, a Taxa ANBID do último sub-período de capitalização será calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até a data do encerramento do respectivo período de capitalização.

4.2.3 *Taxa Substituta*. Na hipótese da Taxa ANBID aplicável deixar de ser divulgada, será utilizada a última Taxa ANBID divulgada dentro do período de até 30 (trinta) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa ANBID, ou no caso de sua extinção, ou ainda se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, esta não mais puder ser utilizada para o cálculo da Remuneração, deverá ser utilizada como taxa substituta (a "Taxa Substituta"), na mesma data da extinção da Taxa ANBID ou do impedimento de sua utilização, a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Conselho de Administração da Emissora, para lotes de valor equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais), que será mensalmente atualizado a partir da data de capitalização, junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco do Brasil S.A., Banco ABN AMRO Real S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal forma que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio. Caso a Taxa Substituta também não possa ser aplicada, será convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da última divulgação para deliberar a escolha de outra taxa substituta.

(a) para todos os efeitos deste item 4.2.3, será considerado o ano de 360 dias, sendo que caso a Taxa ANBID ou a Taxa Substituta tenha como referência prazo diverso, deverá a mesma ser ajustada para refletir a base de 360 dias; e

(b) a apuração dos montantes das obrigações que deverão ser liquidadas em datas intermediárias, que não coincidam com o último dia do período de vigência de cada Taxa ANBID, será calculada exponencialmente *pro rata temporis*, considerando-se o



número de dias úteis transcorridos desde a data do início do período de vigência da Taxa ANBID considerada e a data do pagamento da Remuneração, em relação ao número de dias úteis do período de vigência da Taxa ANBID em curso.

4.3. *Repactuação.* Não haverá repactuação.

4.4. *Garantias.* As Debêntures não contarão com garantia, nem preferência.

4.5. *Subscrição.* A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

4.5.1. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas em até 20 (vinte) dias contados do encerramento do prazo para o exercício do direito de preferência conferido aos acionistas da Emissora nos termos do item 4.1.11 acima.

4.5.2. *Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Taxa ANBID + 5% (cinco por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis* desde a data do início do prazo de subscrição a que se refere o item 4.5.1 até a data de integralização. A Taxa ANBID+5% não se aplicará às subscrições efetuadas por força do exercício do direito de preferência nos termos do item 4.1.11 acima.

4.5.3. *Integralização.* A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

4.5.4. *Forma de Pagamento.* As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

4.6. *Condições de Pagamento.*

4.6.1. *Pagamento do Principal.* O valor do principal das Debêntures será pago em 15 (quinze) parcelas semestrais iguais, sendo a primeira paga 6 (seis) meses após a Data de Emissão, ou seja, em 30 de maio de 2002, e as parcelas subsequentes a cada 6 (seis) meses contados da data de pagamento da parcela anterior.

4.6.2. *Local de Pagamento.* Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, ou, na hipótese das Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND, em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim.

4.6.3. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de



São Paulo ou do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.6.4. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.6.5. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.6.6. *Forma Alternativa de Recebimento.* Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures conforme estabelecido nos itens 6.1 e 6.3 abaixo, os Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, poderão, a seu único e exclusivo critério, autorizar o pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum pagamento de valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos deste item.

Cláusula V – Obrigações da Emissora

Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da Emissora ou de qualquer de suas controladas que:

- (a) possa impossibilitar, ou dificultar de forma relevante, o cumprimento pela Emissora de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou
- (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora.



Cláusula VI – Vencimento Antecipado

6.1. *Vencimento Antecipado.* Observado o previsto no item 6.3, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (a) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos desta Escritura;
- (b) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Consórcio ou Contrato de Suporte, término por qualquer motivo (salvo em decorrência do término do prazo contratual originalmente previsto) do Contrato de Concessão, ou, ainda, renúncia pela Petrobras ou pela Emissora de quaisquer de seus direitos previstos em qualquer desses documentos;
- (c) protestos legítimos e reiterados contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que a Emissora receber aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- (d) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer de suas controladas;
- (e) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas controladas;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, de sua controladora direta ou de qualquer de suas controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (h) trânsito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Emissora, sua controladora direta ou qualquer de suas controladas; ou
- (i) penhora, arresto ou seqüestro de bens da Emissora, de sua controladora direta ou de suas controladas, em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora com base nas mais recentes demonstrações financeiras anuais da Emissora, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração.



6.2. Os valores mencionados nos itens "c", "g" e "h" do item 6.1. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") ou qualquer índice que o substitua.

6.3. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens "a", "b", "d" e "e" do item 6.1. acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automática e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extra-judicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens do item 6.1. acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.

Cláusula VII - Obrigações Adicionais da Emissora

7.1. Sem a anuência prévia de Debenturistas detentores de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora não deverá contrair nenhum endividamento, salvo o endividamento resultante: (a) da presente Emissão; (b) de sua 2ª emissão de debêntures simples, com garantia real, no valor total de principal não superior a R\$1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais); e (c) daqueles previstos nos Documentos da Operação.

7.2. Além das obrigações aqui contidas, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) em cada Data de Pagamento da Remuneração, os memoriais de cálculo do Preço Efetivo do Brent utilizado para o Pagamento da Remuneração em tal data;

(b) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(c) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

(d) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou por qualquer outro regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la), nos prazos ali previstos;



(e) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 8.6;

(g) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

(h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento (conforme definido no Contrato de Consórcio), imediatamente após o seu recebimento;

(i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento;

(j) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.4, imediatamente após a sua ocorrência; e

(k) cópia do Contrato de Consórcio, do Contrato de Concessão, do Contrato de Suporte, dos Documentos da Operação e de todos os aditamentos a estes instrumentos.

7.3. A Emissora deverá proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

7.4. A Emissora deverá manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

7.5. A Emissora deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão nos termos do item 9.1 desta Escritura caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.6. A Emissora deverá cumprir com a regulamentação da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

7.7. A Emissora deverá submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.



7.8. A Emissora deverá manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

7.9. A Emissora deverá manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.10. A Emissora não deverá realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.11. A Emissora deverá notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer evento que possa resultar em qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1.

7.12. A Emissora não deverá pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

7.13. A Emissora deverá manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

Cláusula VIII - Agente Fiduciário

8.1. *Nomeação.* A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. *Declaração.* O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e



(d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central.

A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. *Substituição.* Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância relacionado ao Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro Geral de Imóveis do local onde será registrada a presente Escritura.

O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, em caso de substituição do mesmo, da data do aditamento relativo à substituição, devendo o Agente Fiduciário, em qualquer caso, permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. *Deveres.* Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;



(iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(m) colocar o relatório de que trata o inciso "(l)" à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado;

(iii) na CVM; e

(iv) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "(m)";

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer da Emissora; e

(q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na



presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

8.5. *Atribuições Específicas.* O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do *caput* deste item se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do *caput* deste item.

8.6. *Comunicações.*

8.6.1. *Publicidade.* Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal da Tarde e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil.

8.6.2. *Endereçamento.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NovaMarlim Petróleo S.A.
Rua Funchal, 263, 11º andar, Sala 06-B
04551-060 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3089-6500
Fax: (11) 3089-6565
At. Sr. Luis Antonio Semeghini de Souza

Para o Agente Fiduciário:



Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, 2.439 – 11º andar
01311-300 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3061-9444, ramais 459/472/473
Fax: (11) 3061-0964
At: Departamento Agente Fiduciário
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

Quando aplicável:
Para o Banco Mandatário e Depositário:

Banco Itaú S.A.
Rua Boa Vista, 185 – 6º andar
01014-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 237-5518
Fax: (11) 605-1090
At.: Srta. Ivonete Ramos de Moura

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

8.7. *Remuneração.* Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2002 e as demais nas mesmas datas dos anos seguintes, até o Prazo Final das Debêntures, ou seja, em 30 de maio de 2009.

(b) No ano de 2009, ano de vencimento da Debênture, será devida uma parcela correspondente a meio ano de serviços prestados, que será de 50% (cinquenta por cento) do valor da última parcela, paga em 30 de novembro de 2008. Esta parcela será paga na data do Prazo Final das Debêntures, ou seja, em 30 de maio de 2009.



(c) As parcelas referentes aos itens "(a)" e "(b)" acima serão atualizadas anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período.

(d) A remuneração será acrescida dos impostos ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

(e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, mediante apresentação das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes.

8.8. *Despesas.* A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.8.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.8.2. No caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas (na proporção do número de Debêntures detidas por cada um), e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 15 (quinze) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que possam ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e



(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que possam ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.8.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre ela na ordem de pagamento.

Cláusula IX - Assembléia Geral de Debenturistas

9.1. *Convocação.* A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

9.2. *Quorum de Instalação.* A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.3. *Mesa Diretora.* A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. *Quorum de Deliberação.* Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, exceto se de outra maneira previsto nesta Escritura.

Cláusula X - Declarações

10.1. *Declarações do Agente Fiduciário.* O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

(a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

(c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. *Declarações da Emissora.* A Emissora declara ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, que:



(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(c) esta Escritura constitui uma obrigação lícita, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, os "Prospectos") contêm: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora e sua controladora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e sua controladora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora e sua controladora foram dadas de boa-fé, tendo sido expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes, (iv) não há outros fatos em relação à Emissora e sua controladora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros;

(e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;

(f) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora incluídas nos Prospectos refletem, de forma adequada, a posição financeira da Emissora nas datas indicadas e os resultados das operações, bem como a participação dos acionistas e o fluxo de caixa da Emissora nos períodos especificados, e foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) a Emissora se encontra em cumprimento das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, salvo por descumprimentos não relevantes que não possam resultar em efeito adverso na condição financeira da Emissora;



(h) exceto conforme informado nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e

(i) a Emissora obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, à Emissão e à colocação pública das Debêntures.

Cláusula XI - Disposições Gerais

11.1. *Renúncia.* Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula XII - Anexo

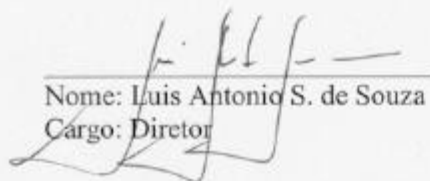
Faz parte do presente instrumento o Anexo I - Definições.

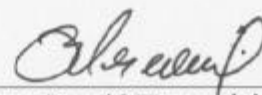


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


São Paulo, 16 de novembro de 2001.

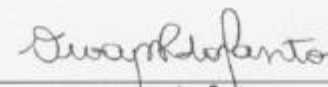
NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

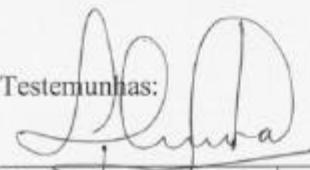

Nome: Luis Antonio S. de Souza
Cargo: Diretor


Nome: Ronald Herscovici
Cargo: Diretor

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.


Nome: Artur Martins de Siqueira
Cargo: Procurador


Nome: Viviane A.R. dos Santos
Cargo: Promotora

Testemunhas:

Nome: Lucineia da Cunha
Rg: 19.101.949-5


Nome: Gail J. De Santos
Rg: RNE W534875-F
CPF 035.670.338-08



ANEXO I

"Contrato de Consórcio" significa o contrato de consórcio a ser celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras") e a Emissora, o qual tem por objeto a conjugação de esforços e recursos das Partes para otimizar a complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.

"Contrato de Concessão" significa o contrato de concessão celebrado em 6 de agosto de 1998 entre a Petrobras e a União, representada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, conforme aditado de tempos em tempos, tendo por objeto a execução, pela Petrobras, das operações ali especificadas visando a permitir que petróleo e gás natural sejam produzidos em condições econômicas no Campo de Marlim, cuja cópia constitui o Anexo 2 ao Contrato de Consórcio.

"Contrato de Suporte" significa o contrato de suporte a ser celebrado entre a Emissora e a Petrobras.

"Dia Útil" significa o dia em que haja expediente bancário nas cidades de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

"Documento da Operação" ou "Documentos da Operação" coletivamente, significa qualquer dos seguintes instrumentos (conforme definidos no Contrato de Consórcio): (i) o Contrato de Consórcio, (ii) o Contrato de Suporte, (iii) os Instrumentos de Dívida, (iv) os Documentos de Garantia; (v) o Acordo de Confidencialidade, (vi) o Estatuto Social da NovaMarlim, ou outro acordo, contrato ou instrumento diretamente relacionado à Emissora, bem como ao objeto do Consórcio

